

# RELAÇÕES INTERCULTURAIS LUSO-ITALIANAS NO SÉCULO XVI ATRAVÉS DA NUNCIATURA APOSTÓLICA EM LISBOA

MARIAGRAZIA RUSSO

Università degli Studi della Tuscia di Viterbo

Falar de Itália no século XVI é uma abstração *a posteriori*, já que apenas em 2011 se comemoraram os 150 anos da Unidade desta nação. O adjetivo “italiano” para o século XVI indica, portanto, só uma referência geográfica de uma terra que tem fronteiras mais ou menos bem marcadas através dos Alpes no Norte e do Mar Mediterrâneo, que a delimita quase completamente. Pelo contrário o século XVI tem uma península itálica politicamente muito fragmentada, contando, além dos vários territórios administrados por marqueses (Saluzzo, Monferrato) e do Principado de Trento, os Ducados de Sabóia, de Milão, de Urbino e de Módena e Ferrara, as Repúblicas de Génova, de Veneza, de Lucca, de Florença e de Siena, os Estados da Igreja, e os Reinos de Nápoles, de Sicília e da Sardenha. Na primeira metade do século XVI, como se sabe, a França e a Espanha lutam incansavelmente para o controle desta Península, até que a vitória de Carlos V (1500-1558) estabelece aquele domínio espanhol que durará até ao século XVIII, ficando semi-independentes apenas o Grão-Ducado da Toscana (que incluía os Ducados de Lucca, de Florença e de Siena), o Ducado de Sabóia e a República de Veneza, que de toda forma acusa em termos quer políticos quer económicos a própria crise devida aos Descobrimentos portugueses, enquanto a Igreja Católica começa o seu processo de difícil Contra-Reforma. Perante esta complexa imagem de uma Itália profundamente dividida e amplamente submetida às potências estrangeiras, até 1700, falar dela como espaço unitário é por um lado um anacronismo, mas por outro a afirmação de uma unidade em embrião que se ia paulatinamente construindo também através das relações internacionais.

Portugal foi um importante eixo de ligação europeia, sobretudo a partir do momento em que os caminhos para a Índia deslocaram a atenção do Mediterrâneo para o Atlântico, dando às várias potências diferentes oportunidades: ao Papado de encontrar novas alianças e reforçar os seus conflitos com Veneza; ao Grão-Ducado toscano de desenvolver os seus contactos comerciais e bancários; à República de Veneza de encetar novas relações para não se afogar completamente no desequilíbrio económico implantado. Nesta complexidade de ligações diplomáticas, vínculos políticos e razões comerciais, o nosso exame só poderá ser feito a partir de uma pequena parcela deste quadro geo-económico que possa, de qualquer maneira, deixar entender os fortes interesses de “Itália” em manter relações com esta parte estratégica do continente europeu, abordando em particular o Estado Pontifício.

Se para Portugal o século XVI começa sob os bons auspícios com a circum-navegação de África e a chegada à Ásia, que abrem as portas a uma nova economia mundial e a uma diferente interpretação da política internacional, dando início ao que será considerado, não sem opiniões contrárias, como o “século de ouro” lusitano (pelo menos até 1580, antes da monarquia ibérica), para a Santa Sé, o século XVI será caracterizado por grandes mudanças, nem sempre positivas: assim, ao lado da grandiosidade atingida pela cidade de Roma ou das vitórias contra os turcos, o Estado Pontifício será fustigado pelo nascimento do Protestantismo, pelo saque de Roma (1526-1527), pelo fanatismo religioso e pelas terríveis epidemias de peste de 1522 e 1529.

Num panorama de conflitos orientados para a supremacia na Europa, o século XVI da Santa Sé abre-se deixando para trás o corrupto e libertino papado de Rodrigo Borgia, papa Alexandre VI (1431-1503), que mais que um sucessor de São Pedro foi principalmente um monarca e um político. A breve tentativa de recuperar o ambiente curial da Santa Sé, por parte de Pio III, Piccolomini (22 de Setembro – 18 de Outubro de 1503), foi seguida por um dos Papas mais significativos do Renascimento italiano, Júlio II, Della Rovere (1503-1513), o “Papa guerreiro” ou “o Papa terrível”, o qual deu início a um processo de hostilidade contra o poder de Veneza, orientado para a fortificação do seu poder temporal, que bem justificava uma política de amizade para aquelas forças internacionais que melhor se podiam opor ao sistema económico veneziano. Por outro lado, os interesses culturais e comerciais de D. Manuel I (1469-1521; Rei desde 1495), em dar a conhecer ao mundo a importância dos Descobrimentos portugueses e em oferecer continuidade a uma política de contacto com a catolicidade, colocam as relações com a Santa Sé num lugar privilegiado. As vantagens de ambos os lados fazem com que, ao longo deste século, se afirme uma atitude de ajuda recíproca: os Reis portugueses enviam para os Papas ricas e sumptuosas embaixadas, através de alguns representantes do governo, e o Estado Pontifício recebe-as com todas as honras, enviando por sua vez para Portugal algumas pessoas incumbidas de representar o mesmo Pontífice.

Antes do estabelecimento fixo da nunciatura, a Santa Sé serviu-se de instrumentos e instituições diferentes para exercer o *ius legationis*. A primeira forma de direito que unia o Pontífice Romano aos outros chefes de Estado era o envio de *legati* aos Concílios, que se tornarão depois *legati nati*, *legati a latere* ou *legati missi*<sup>1</sup>. Existiam também “vigários apostólicos”, relacionados com os títulos de uma importante Sé episcopal e os “apocrisários” como representantes permanentes junto do imperador do Oriente. É a partir do século XVI, que a representação da autoridade do Estado Pontifício se torna estável através de legações designadas Nunciaturas Apostólicas encarregadas das missões diplomáticas da Santa Sé. Ao lado do nuncio (e às vezes em seu lugar), aparecem colectores (com funções económicas), conselheiros, auditores, secretários de nunciatura, que desempenham papéis relevantes sobretudo na fase de conservação dos documentos produzidos dentro das nunciaturas (será graças a alguns secretários diligentes que teremos a maioria da documentação das nunciaturas).

Se as origens da nunciatura em Portugal podem ser situadas na pessoa do religioso da Ordem de São Bento, **Giusto Baldini** (12 de Fevereiro de 1481-1493), nos finais do século XV, enviado por Sixto IV, Della Rovere (1471-1484), e confirmado pelo genovês Inocêncio VIII (1484-1492) e por Alexandre VI, Borgia (1492-1503), operando junto de D. João II (1481-1495), de facto será o século XVI a consolidar quer a implantação da nunciatura em Lisboa, cada vez mais interessada na divulgação da fé cristã nos territórios dominados pelas novas potências mundiais, quer o sistema de embaixadas de obediência à Santa Sé, por parte dos monarcas lusitanos, que em troca de protecção aos cristãos pediam cada vez mais independência quer política quer económica.

As grandiosas embaixadas organizadas por D. Manuel I (1495-1521) ao papa Júlio II, pontífice humanista e ilustre mecenas que fez de Roma uma das mais imponentes cidades de Europa, e ao papa Leão X, Medici (1513-1521), marcaram a história da urbe: são as três missões de 1505, 1514 e 1515 conhecidas respectivamente pelos donativos por parte da Coroa portuguesa, da cruz de prata da Índia (além de aves raras, leopardos, macacos e papagaios); do “branco” elefante do Ceilão, cuja côr clara era talvez devida ao facto de ele ser albino ou ser ainda novo, à volta do qual se desencadearam mitos, produção artística e literária, até aos nossos dias<sup>2</sup> (que chegou com aves e animais exóticos entre os quais papagaios, galinhas-da-Índia, um cavalo da Pérsia e uma pantera, além de um manuscrito chinês e outro mexi-

---

<sup>1</sup> Cf. Gaetano MORONI ROMANO, *Dizionario di erudizione storico-ecclesiastico da S. Pietro sino ai nostri giorni, specialmente intorno ai principali Santi, Beati, Martiri, Padri*, Venezia, [s.n.], 1840-1861, vol. XXXVII, p. 265, s.v. *legato*.

<sup>2</sup> Em relação a este elefante veja-se: Mariagrazia RUSSO, “Un elefante per bagaglio tra arte, storia e letteratura. In viaggio con José Saramago”, in Cinzia CAPITONI (a cura di...), *Bagagli e oggetti da viaggio*, Viterbo, Sette Città, 2011, pp. 23-36.

cano, porcelanas chinesas, tecidos e jóias); e do rinoceronte (que veio com pratas e especiarias) imortalizado por Albrecht Dürer.

São estes os anos em que chegam à *cidade eterna* – um dos maiores centros artísticos e culturais de Europa – Diogo Pacheco e D. Miguel da Silva (1470-1556). Diogo Pacheco, orador e jurisconsulto, celebrou perante o Papa as descobertas dos Novos Mundos (Vasco da Gama acabava de regressar da segunda viagem à Índia, 1504, e Pedro Álvares Cabral tinha em 1500 “descoberto” o Brasil), a difusão do Evangelho nas terras recém atingidas e a possibilidade de resgatar os cristãos presos pelos turcos. O embaixador D. Miguel da Silva (cuja personalidade marcará significativamente a vida cultural romana) foi incumbido, por sua vez – entre as outras coisas – de obter a Bula da Cruzada para prosseguir as conquistas do Além Mar e contra o Grão-Turco, o indulto do óbolo para a construção da nova basílica de São Pedro a favor das empresas ultramarinas, a obtenção das indulgências para as lutas contra os “infieis”, a possibilidade de estabelecer relações comerciais com qualquer cultura, para reforçar os cofres da Cristandade tendo como fundamento a dilatação da fé.

A concessão da Rosa de Ouro por parte do papa Júlio II ao Rei de Portugal, em 1506, na ausência de representantes da Coroa portuguesa, fez com que as duas partes começassem a pensar na importância de estabelecer um ministro com carácter permanente nos dois territórios: ou seja, um embaixador português junto da Santa Sé e um núncio apostólico junto de Portugal.

É com o jurista e diplomata Dr. João de Faria, em 1512, que começa a presença de um embaixador português residente em Roma, substituído, depois de um biénio de actividade diplomática, pelo bispo de Viseu, D. Miguel da Silva, nomeado cardeal por Leão X. E será este mesmo pontífice (que teve como um dos principais objectivos instaurar pacíficas relações com os Estados estrangeiros) a considerar as ligações com Portugal, de forma tão relevante, até consolidar o mesmo percurso com figuras permanentes em Lisboa: a escolha (depois de alguns colectores ou núncios como **Fr. Luca Capello** de Veneza, em 1505 ou 1506<sup>3</sup>; **Francisco**, Bispo Catanense, em 1508 [?]) e o canonista bispo catalão de Alguero **Guillaume Cassador** [1477-1527], em 1511 – dos quais temos poucas informações<sup>4</sup> foi orientada para o cônego florentino **Antonio Pucci** (m. 1544) que ficou na capital portuguesa até 1516<sup>5</sup>.

<sup>3</sup> Cf. P. Pietro Antonio di VENEZIA, *Giardino Serafico Istorico fecondo di fiori, e frutti di virtù, di zelo, e di santità nelli tre ordini instituitidal Gran Patriarca de Poveri S. Francesco* [...], t. I, Venezia, Domenico Lovisa, 1710, p. 592.

<sup>4</sup> Estas notícias foram tiradas de um manuscrito de António Pereira de Figueiredo de que se falará mais adiante. Quanto ao colector Francisco, bispo catanense, em 1508, temos dúvidas em identificá-lo com Francisco García que porém parece morreu em 1500.

<sup>5</sup> Para a sua biografia cf. Ludwig VON PASTOR, *Storia dei Papi*, Roma, Desclée e C. editori Pontifici, 1958-1964, vol. IV-1, p. 354, e vol. V, p. 771; Demostene TIRIBILLI-GIULIANI, *Sommario storico delle famiglie celebri Toscane*, Firenze, L. Melchiorri, 1855-1872, vol. III, s. v.

Leão X, ascendeu ao sólio pontifício com apenas 37 anos. Mostrou-se sempre muito interessado em defender e restabelecer os interesses económicos e políticos da sua família, os Medici que, desde 1494 com a irrupção dos franceses em Itália, não conseguia recuperar o antigo prestígio. Antonio Pucci, clérigo da câmara de Leão X, era da sua mesma cidade, Florença, e em Lisboa, em 1514, entrou em contacto com Giovanni da Empoli, mercador e navegante florentino, que tinha significativas relações comerciais com o Oriente, nomeadamente em Goa, em Cambaia e no Malabar. Antonio Pucci estabeleceu com Giovanni da Empoli óptimos relacionamentos, descritos pelo Abade Follini, Académico da Crusca<sup>6</sup> e bibliotecário da Magliabechiana, até chegar a ser o primeiro proposto da Colegiada de Empoli. De resto, é também conhecida a relação que o mesmo Giovanni da Empoli teve directamente com a família papal dos Medici, em particular com Lorenzo de' Medici, Duque de Urbino (1492-1519), ao qual o mercador escreveu duas cartas em 19 de Outubro de 1514 e em 9 de Janeiro do ano seguinte, conservadas no Arquivo de Estado de Florença<sup>7</sup>. Além disso, o sobrinho do Núncio permanente em Lisboa, Benedetto Pucci, acompanhou Giovanni da Empoli na sua última viagem, onde, em Macau, nos princípios de 1518, deixaram a vida quer o mercador quer os seus amigos florentinos (ao lado de Benedetto Pucci, Alessandro Galli, chamado Torello da Cosentino). O critério de seleção destes representantes diplomáticos no estrangeiro, por parte do Papado, respeita, portanto, quer as afinidades em termos políticos com o mesmo Pontífice, quer as possibilidades de um maior desenvolvimento económico individual e familiar.

No *Archivio Segreto Vaticano* existe um precioso manuscrito (em parte queimado) de António Pereira de Figueiredo (1725-1797)<sup>8</sup> – Religioso da Congregação do Oratório, ilustre latinista, historiador, canonista e teólogo, figura cimeira do Iluminismo português, estreito colaborador do marquês de Pombal e “Deputado Ordinario da Real Mesa da Comissão Geral sobre o Exame e Censura dos Livros, Oficial das Cartas Latinas de Sua Magestade Fidelíssima” (assim aparece no frontispício do manuscrito) – que tem o seguinte título: *Catalogo dos Legados a Latere, Delegados, Nuncios e Collectores*

---

<sup>6</sup> Cf. Emilio MANCINI, *Giovanni da Empoli mercante e viaggiatore (1483-1518)*, in “Annuario della R. Scuola Complementare di Empoli, A. 6 (1927-1928); A. 7 (1928-1929) (cons. Separata: Empoli”, Lambruschini, 1929).

<sup>7</sup> Archivio di Stato di Firenze, *Mediceo avanti il Principato*, n. 116, cc. 405rv e 40rv, publicadas por A. Giorgetti, *Lettere di Giovanni da Empoli e di Raffaello Galli*, in “Archivio Storico Italiano”, n. 119, a. VI, 1880, s. IV, n. 17, V, p. 165. Cf. também Mariagrazia [por engano Maria Grazia] RUSSO, “Archivio storico italiano”: oltre centocinquanta anni di studi e ricerche sulla presenza dei banchieri e dei mercanti italiani in Portogallo, in Istituto Italiano di Cultura in Portogallo, *Convegno “Case Commerciali banchieri e mercanti italiani in Portogallo” (Lisbona, 3-4-5 settembre 1998)*, Lisbona, Istituto italiano di Cultura in Portogallo, 1999, máxime pp. 102-103.

<sup>8</sup> Para uma biobibliografia cf. Cândido dos SANTOS, *Padre António Pereira de Figueiredo Erudição e polémica na 2.ª metade do século XVIII*, Lisboa, Roma Editora, 2005.

da *Sé Apostólica*, que até o presente tem havido em Portugal<sup>9</sup>. Trata-se com toda probabilidade do volume mencionado no *Catálogo das obras impressas e manuscritas de Antonio Pereira de Figueiredo* na secção dos manuscritos do Artigo III, “Obras de Historia”<sup>10</sup>: neste *Catálogo* o compilador anónimo declara que o manuscrito de Pereira de Figueiredo foi oferecido “pelo Author a huma pessoa respeitavel, de cujo patriotismo deve o Público esperar a impressão”. Mais adiante o compilador deste *Catálogo* afirma, com base numa carta de 7 de Outubro de 1795, ser a pessoa o Arcebispo de Toledo, Cardeal de Lorenzana: não nos consta, porém, que o *Cathalogo dos Legados* de António Pereira de Figueiredo tenha sido por este publicado, ficando assim inédito. No *Cathalogo* de Pereira de Figueiredo encontrámos importantes perfis de nuncios (mesmo de alguns menos conhecidos) que aqui ofereceremos para proporcionar alguns dados biográficos e delinear com mais exactidão o panorama de ligações interculturais entre a Santa Sé e Portugal. Em relação a Antonio Pucci o latinista nos informa que Damião de Gois na *Terceira Parte da Chronica de El Rei D. Manoel*

o faz vindo a Portugal por Nuncio e Legado a Latere, para executar certas Bullas, que elle suppõe datadas a 29 d’Abril de 1514 pelas quais concedia o Papa a El Rei as terças das Igrejas Cathedraes, Paroquias, e Mosteiros, para a guerra contra os Mouros de Féz a Marrocos; e outrossi facultada para de outros Mosteiros que se havião de extinguir, tirar das suas rendas vinte mil cruzados para comendas das Ordem de Christo. Destas Bullas formou o sobredito Nuncio dous Processos Executoriaes, que pouco depois forão reformados em alguns pontos<sup>11</sup>.

No mês de Junho de 1514, um ano antes da saída de Portugal de Antonio Pucci, por algumas dificuldades que ocorreram na concessão destas Bulas, o

<sup>9</sup> Archivio Segreto Vaticano (= ASV), *Nunziatura Apostolica di Lisbona*, n. 386, a partir do f. 65. Dos fólhos que sobreviveram de um incêndio (evidente nas queimaduras de algumas páginas) estou a fazer a edição crítica colacionando-os com o exemplar que se encontra na Biblioteca de Évora (cod. CXI/2-9: *Catalogo dos Legados, Nuncios e Colleitores da Sé Apostólica, que até o presente tem havido em Portugal, para servir de preludio à Lusitana Sacra*).

<sup>10</sup> *Catalogo das obras impressas e manuscritas de Antonio Pereira de Figueiredo da Congregação do Oratorio* [...], Lisboa, Simão Thaddeo Ferreira, 1800, ff. 44 e 66.

<sup>11</sup> *Catalogo das obras impressas...*, cit., f. 94v. Para as reformas dos Processos a referência oferecida é D. Antonio Caetano de Sousa, *Provas da Historia Genealogica*, L. IV, pp. 270-271. De facto, na *Chronica do Felicissimo Rei Dom Emanuel composta per Damiam de Goes diuidida em quatro partes...*, Lisboa, casa de Francisco Correa, 1566-1567, Parte Terceira, cap. LVI, f. 101, lê-se o seguinte: “Isto tudo passou no segundo anno do Pontificalo [sic] deste papa Leam decimo, & has Bullas foram expeditas a XXIX dias Dabril, deste anno de M.D.XIII, pera ha execuçam das quaes mandou ho Papa a estes Regnos por Nunção, & Legado a latere Antonio puçio Florentim com grandes poderes, Alem destas terças, dizimas, Mosteiros, Egrejas perás comendas, conçebeo ho Papa Cruzada a el Rei, que trouxe este Nunção, na execuçam da qual, per mau resguardo, culpa, & demasiada tyrãnia dos officiaes della, foi ho Regno mui auexado, & sobretudo ha gente popular, a quem faziam tomar por força has Nullas fiaddas por çerto tempo, no cabo do qual se não pagauão, lhes vendião seus moueis, & enxouees, publicamête em pregão per muito menos do que valião”. ASV, *Arch. Nunz. Lisbona*, 386, f. 94v.

Papa teve que impetrar novamente alguns documentos pontifícios. **D. Diogo Ortiz de Villegas**, célebre bispo de Viseu (c. 1454-1519; um dos membros da junta dos matemáticos que indeferiram a Cristóvão Colombo as propostas para a navegação do oeste), **D. Pedro Vaz Gavião**, bispo da Guarda, e o Vigário Geral de Lisboa, **Fr. Nicolau de Trindade** (o qual subdelegou em **D. João do Porto**, bispo titular de Targa), foram assim constituídos executores do breve do papa Leão X para o Rei D. Manuel, no qual o pontífice concedia ao monarca português e aos seus sucessores o Padroado de todas as igrejas e benefícios do Ultramar para se incorporar na Ordem de Cristo<sup>12</sup>. Poucos meses depois, em Novembro de 1514, o mesmo Leão X fez doação ao Rei D. Manuel e seus sucessores de todas as terras conquistadas e por conquistar não só na Índia, mas também noutras partes ainda desconhecidas: foi seu executor, mais uma vez, D. Pedro Vaz Gavião, Bispo da Guarda, juntamente com **D. Martinho da Costa**, Arcebispo de Lisboa (1434-1521; que tinha vivido durante muito tempo em Roma com o irmão, D. Jorge da Costa, o Alpendrinha, por causa da perseguição de D. João II), **D. Fr. Henrique**, bispo de Ceuta, e **D. Diogo Pinheiro**, primeiro bispo de Funchal<sup>13</sup>. O ano seguinte, numa outra missão esporádica, volta a Portugal o já mencionado Dr. **João de Faria** (que tinha sido embaixador extraordinário de D. Manuel I ao Papa) como mandatário de uma espada e carapuça bentas, similares às que o pontífice Alexandre VI tinha recebido por um capelão anónimo de parte do mesmo rei português.

Era colector naquela época, exactamente em 1514, **Ottavio Cesi**, bispo de Todi. E o secretário de Antonio Pucci em Lisboa, segundo o que se deduz de um trecho da *Vita di Giovanni da Empoli*<sup>14</sup>, escrita pelo tio do mercador e publicada em 1842, era o frade **Benedetto Tiezzi da Foiano** (ca. 1480-1530), da Ordem dos Dominicanos. Nos mosteiros de Perúgia e Arezzo, onde desenvolveu os estudos de Teologia e Retórica, Benedetto Tiezzi tinha sido um excelente aluno<sup>15</sup>, até passar, em 1506, para Florença ao convento de S. Maria Novella, como professor de Teologia. Terá ocorrido, portanto, nesta cidade o encontro com Antonio Pucci, que o quis em 1512 como companheiro e conselheiro em Lisboa, de onde regressará no ano seguinte. As extremas defesas por parte de Benedetto Tiezzi dos ideais de Girólamo Savonarola (1452-1498), pertencente à mesma Ordem Dominicana, enforcado e queimado como herético por Alexandre VI, e as suas atitudes contrárias à

<sup>12</sup> Cf. António Caetano de SOUSA, *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, L. IV, n.º 40. *Apud ASV, Arch. Nunz. Lisbona*, 386, f. 94v.

<sup>13</sup> Cf. *Ibidem*, n.º 43. *Apud ASV, Arch. Nunz. Lisbona*, 386, f. 94v.

<sup>14</sup> Giovanni da EMPOLI, *Lettera di Giovanni da Empoli a Leonardo suo padre intorno al viaggio da lui fatto a Malacca e frammenti di altre lettere del medesimo, aggiuntavi la vita di esso Giovanni scritta da Girolamo da Empoli suo zio*, [s.l.], [s.n.], pref. 1842.

<sup>15</sup> Cf. *Dizionario Biografico degli Italiani*, Roma, Istituto della Enciclopedia Italiana, vol. 8 (1966), s. v. (por Cesare Vasoli). Agora: [http://www.treccani.it/enciclopedia/benedetto-da-foiano\\_\(Dizionario-Biografico\)/](http://www.treccani.it/enciclopedia/benedetto-da-foiano_(Dizionario-Biografico)/) (com bibliografia e fontes).

família dos Medici (da qual provinha Leão X) devem ter sido posteriores a esta missão diplomática. Serão estes fortes ideais contra o poder temporal do Papado que lhe merecerão primeiro as censuras dos superiores da sua própria Congregação e depois a detenção no cárcere do Castelo de Sant'Angelo em Roma, onde morreu de fome e sede no dia 8 de Setembro de 1531. Maior investigação sobre este erudito secretário do núncio, cuja actividade em Lisboa é quase completamente desconhecida, talvez deixe transparecer aspectos ainda não desvendados sobre esta fase da nunciatura de António Pucci, que esconde fortes interesses eclesiásticos e económicos.

Em 1518, sob o mesmo pontificado leonino e, mais uma vez, junto de D. Manuel I, encontramos em Lisboa como legado apostólico o bispo de Lamego D. **Manuel de Noronha** (ca. 1502-1569), de brilhante carreira eclesiástica, capelão da casa real portuguesa: por esta razão foi ele incumbido pelo papa Leão X da legacia em Lisboa. A familiaridade que D. Manuel de Noronha tinha com a realeza fez com que o seu nome ficasse imortalizado numa epígrafe narrativa do *Cancioneiro Geral*, que atribuiu uma poesia a “dom Antoneo de Valhasco, estando El Rey nosso senhor em Çaragoça, a hũas çeroylas de chamalote que fez Manuel de Noronha, fylho do capitã da ilha da Madeira” (II, 114, n.º 596). Quando ainda muito novo, Manuel de Noronha foi encarregado pelo Rei de uma missão a Roma. A sua estadia na *cidade eterna*, onde recebeu a investidura prelatícia e foi nomeado para exercer importantes cargos no Vaticano, deu-lhe a possibilidade de entrar em contacto com o papa Leão X<sup>16</sup> do qual foi, a partir de 1514, camareiro mor e portanto homem de sua total confiança. Nele o Sumo Pontífice deve ter reconhecido méritos e qualidades que o destacavam de maneira particular. Joaquim de Santa Rosa Viterbo descreve-o como «núncio estimado e valido por sua nobreza, virtudes e prendas». O papel desempenhado por D. Manuel de Noronha, filho de Simão Gonçalves da Câmara – capitão da Madeira, como justamente afirma o poema do *Cancioneiro Geral* –, foi portanto o de saber conciliar os dois mundos político e diplomático por ele frequentados desde sempre, ou seja, a Corte real e o *entourage* eclesiástico, numa Lisboa, naquele ano de 1518, por um lado afligida pela peste e por outro em festa pelas terceiras núpcias de D. Manuel I com D. Leonor de Áustria, irmã de Carlos V. A escolha feita por Leão X de um representante que bem conhecesse a realidade política portuguesa, que naquele momento (com o novo casamento) se tornava pró hispano e pró Habsburgo, tinha como objectivo, portanto, reforçar alianças diplomáticas, que lhe permitissem salvaguardar, mais do que a Igreja, a sua própria família florentina, com fortes interesses económicos e comerciais em Portugal. A legacia – segundo o que nos refere

---

<sup>16</sup> Cf. Joaquim de SANTA ROSA VITERBO, *Provas e Apontamentos da História de Portugal*, [s.l.], [s.n.], t. I, [s.d.], f. 21; Padre JOSÉ CASTRO, *Portugal em Roma*, Lisboa, União Gráfica, 1939, vol. II, p. 349; D. Joaquim AZEVEDO, *História Eclesiástica da cidade e Bispado de Lamego*, Porto, Typografia do Jornal do Porto, 1877, p. 75.

António Pereira de Figueiredo – aparece num breve do qual “nos da notícia o Reverendo Conego” da Sé Catedral de Lamego “João Mendes da Fonseca no Cathalogo Manuscrito que delle temos dos Bispos de Lamego”<sup>17</sup>.

O regresso definitivo de D. Manuel de Noronha a Portugal, depois da morte de Leão X, o breve papado de Adriano VI (1522-1523) e a subsequente embaixada de observância a ele destinada por D. João III (1521-1557), através de Aires de Sousa com o lenho da Santa Cruz, concentraram as atenções do Pontífice mais para Itália do que para Portugal.

Entre os finais do Reinado de D. Manuel e o princípio do reinado de seu filho D. João III, estiveram presentes em território português o colector **Alessandro Gerardini** (m. 1525)<sup>18</sup> – bispo de Volturara e Montecorvino, de formação clássica, preceptor da infanta D. Maria de Aragão, segunda mulher de D. Manuel, muito favorável à viagem de Cristóvão Colombo – e o brexano **Umberto Gambara** (1489-1549), protonotário apostólico sob Leão X que veio a Portugal como núncio do mesmo Papa<sup>19</sup>.

Se o breve pontificado de papa Adriano VI (1522-1523) não contempla para Portugal figuras específicas que liguem os dois Estados, no período do novo Papa dos Medici, Clemente VII (1523-1534) – enquanto para Portugal (sendo enviado a Carlos V em Espanha) desenvolve o papel de colector o Cardeal florentino **Giovanni Salviati** (1490-1553), primo do mesmo Pontífice – no panorama luso-italico impõem-se duas relevantes figuras: D. Miguel da Silva (já citado), em Itália desde 1514, e D. **Martinho de Portugal** (c. 1485-1547), filho de D. Afonso de Portugal, irmão do primeiro Conde de Vimioso, D. Francisco de Portugal, e primo do Rei D. João III, que será alternadamente embaixador do Rei português em Roma e núncio do Papa em Portugal. Se ao bispo de Viseu, D. Miguel da Silva, uma das personagens portuguesas mais relevantes na cultura italiana de Quinhentos, a crítica tem reservado amplo espaço, devido quer à brilhante personalidade (que até inspirou *Il Cortegiano* do humanista Baltasar Castiglione, 1478-1529) quer ao seu papel conflituoso com o Rei (provavelmente por causa da sua defesa dos cristãos novos e porque a sua designação a Cardeal não foi bem apreciada pelo monarca que estava à espera da mesma nomeação para o próprio irmão D. Henrique), pelo contrário a D. Martinho de Portugal, que o substituiu de 1525 a 1527, por evidente maior fidelidade – sendo parente directo do Rei – os historiadores têm dedicado menos pesquisa do que mereceria, sobretudo no que diz respeito à sua actividade de núncio em Roma e em Lisboa<sup>20</sup>. Sabemos, por exemplo, que Damião de Góis, em 1533, encontrou

<sup>17</sup> ASV, *Arch. Nunz. Lisbona*, 386, ff. 85rv.

<sup>18</sup> Cf. Ferdinando UGHELLI, *Italia Sacra*, Roma, Berardinum Tanum, 1642-1648, t. VIII, pp. 392-395.

<sup>19</sup> ASV, *Arch. Nunz. Lisbona*, 386, ff. 85rv. As notícias são retiradas de “Ughelli nos Bispos Ortonenses e Oldoini nos Cardeais de Paulo III”.

<sup>20</sup> Cf. Durval PIRES DE LIMA, “Dois arcebispos da casa de Bragança: D. Teotonio e D. Martinho de Portugal”, in *Anais da Academia Portuguesa de História*, 31 (1986), 2.ª série, pp. 55-132.

D. Martinho de Portugal na cidade romana: “Homem de altos pensamentos e grande cortesão na Corte de Roma”, é a descrição que o autor da crónica do *Príncipe D. João* fez dele. Sabemos também que uma doença que padeceu foi o motivo inspirador da obra, que se tornou internacionalmente famosa, *Dialogus de balneorum utilitate* (Roma, 1535), em defesa da utilidade de banhar-se em águas naturais ou artificiais, redigida pelo médico e professor beneventano Giovanni Francesco Brancaloneo (c.1500-depois de 1570)<sup>21</sup> que teve oportunidade de o tratar.

O Rei *Piedoso* tinha enviado D. Martinho de Portugal a Roma para sustentar a causa da instituição da Inquisição em Lisboa, para enfrentar o problema dos cristãos-novos (assunto que o predecessor D. Miguel da Silva não soube, nem quis aprofundar), para criar as dioceses de Angra, Cabo Verde, São Tomé e Goa<sup>22</sup>, além do arcebispado do Funchal, que ficou sob a sua direcção directa. Entretanto o saque de Roma, em 1527, por parte das tropas de Carlos V (cansado das muitas reviravoltas do papa Clemente VII), obrigava o Pontífice à humilhação de aceitar as condições imperiais em troca de dinheiro, alianças e obediência. Neste ano em que Clemente VII se encontrava na prisão do Castelo de Sant’Angelo, D. Martinho regressou a Portugal onde ficou até 1529, assumindo as funções – atribuídas por um Papa extremamente enfraquecido – de nuncio apostólico com poderes extraordinários de legado *a latere* nos reinos e domínios da Coroa portuguesa (1527-1529/1531), governada, como afirma António Pereira de Figueiredo, por “um Príncipe tão pio e religioso” que bem podia sustentar os “interesses da Igreja Universal”<sup>23</sup>. De resto, o casamento ocorrido entre Carlos V e Isabel de Portugal (1503-1539), sua prima, em 1526, bem justificava (mesmo os dois residindo em Valladolid), a presença de uma legação pontifícia em Lisboa que pressionasse junto do irmão da nova esposa, D. João III, uma solução pelo desastre romano de 1527. Os complexos aspectos diplomáticos tratados naquela ocasião, juntamente com outras contingências europeias, fizeram com que Carlos V encontrasse compromissos políticos com Clemente VII e, depois de alguns anos, D. João III obtivesse, uma vez que D. Martinho regressara a Roma, a tão desejada bula papal em favor da Inquisição.

Desta legacia – conta António Pereira de Figueiredo – se conserva uma illustre emoria no sino do Relógio do Mosteiro de S. Jorge dos Conegos Regrantes de Santo Agostinho junto a Coimbra, do que o mesmo D. Martinho era Prior commendatario, por estas palavras: D. Martinho de Portugal sendo

<sup>21</sup> Cf. *Dizionario biografico degli Italiani*, cit. (s.v. Brancaloneo (Brancaloni), Giovanni Francesco), por G. Gliozzi.

<sup>22</sup> Sobre este último aspecto cf. Anónimo (1784), *Notícia Corográfica e Cronológica do Bispado de Cabo Verde* [...], edição e notas de António Carreira, Lisboa, Instituto Caboverdeano do Livro, 1985.

<sup>23</sup> ASV, Arch. Nunz. Lisbona, 386, f. 79.

Nuncio e Embaixador do Papa Clemente VII em toda a Espanha mandou fazer este sino a 20 de Março de 1529<sup>24</sup>.

O Arquivo da Torre do Tombo conserva vários documentos sobre aspectos do trabalho deste embaixador na Cidade Eterna, entre os quais se assinalam em particular algumas cartas enviadas ao Rei: uma de 17 de Novembro de 1532, sobre a ida do Imperador Carlos V a Mântua e outras de 14 de Março e 13 de Setembro de 1535 (quando já ao sólio Pontifício tinha sucedido Paulo III) sobre o negócio da Inquisição<sup>25</sup>. De qualquer maneira, no que diz respeito à Inquisição, a bula *Cum ad nihil magis* de 17 de Dezembro de 1531, com a qual o papa Clemente VII atendeu aos apelos do Rei D. João III e do seu embaixador, nomeando um Inquisidor-Mor para Portugal, não satisfizes completamente o Rei lusitano que, pelo contrário, desejava escolher directamente os próprios Inquisidores. E, de resto, o mesmo Clemente VII, um ano depois, voltou atrás com as próprias decisões, anulando as concessões anteriores.

Os contactos cada vez mais estreitos entre o papado e os monarcas portugueses orientaram o estabelecimento, em 1532, ou seja logo depois do regresso de D. Martinho de Portugal a Roma, de um nuncio criado dentro da Cúria romana que se estabelecesse em Lisboa: esta nova fase da nunciatura foi entregue a **Marco Quinto Vigerio della Rovere** (1513-1560)<sup>26</sup>, bispo de Senigallia que permaneceu na capital do Reino português desde 1532 até 1536, mantendo o cargo junto de D. João III, mesmo no decorrer da mudança papal para a pessoa de Paulo III, Farnese (1534-1549). Alexandre Herculano descreve-o como “homem talhado, não só para granjear os interesses da sua Corte, mas também para cuidar seriamente nos próprios”<sup>27</sup>. Mas mais uma vez os movimentos papais dependiam das posições políticas assumidas por Carlos V, o qual tentava de todas as maneiras encontrar alianças com um pontífice que, por receio do poder do Imperador e talvez para procurar um Reino ao próprio filho Pier Luigi (1503-1547), queria manter-se neutral no panorama europeu. Marco Quinto Vigerio della Rovere acompanha, portanto, estes primeiros anos do pontificado do papa Farnese,

---

<sup>24</sup> *Ibidem*. O mesmo autor continua: “São muitos os actos, que a História nos repone em que D. Martinho mostrou as autoridades que tinha de Legado Apostolico. [...] Durou a Legacia de D. Martinho de Portugal, ao que parece, até o anno de 1531. E no seguinte tornou para Roma a continuar a sua Embaixada, donde voltando outra vez para o Reino foi nomeado Arcebispo de Funchal, de que o Papa, que já era Paulo III lhe passou Bulla a 8 de Julho de 1539”.

<sup>25</sup> Gav. 2, mç. 1, n.º 48, de 14 de Março de 1535, 1 doc. (8f.); e Gav. 2, mç. 2, n.º 50, de 13 de Setembro de 1935. Documento publicado em *As gavetas da Torre do Tombo: edição digital*, Vol. 1, Gav. 1-2, entrada 196, pp. 167-174.

<sup>26</sup> Breve de 15 de maio de 1532.

<sup>27</sup> Alexandre HERCULANO, *História da Origem e Estabelecimento da Inquisição em Portugal* (veja-se agora: <http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/inquisicao.html#n174>): “foi nomeado Marco Tigerio della Ruvere, bispo de Sinigaglia, que, partindo de Roma nos fins de maio de 1532, chegou a Portugal nos princípios de setembro desse ano”.

chefiando uma relevante nunciatura que, por parentesco, ligava quer o Império de Carlos V (novamente em perigo pelos ataques de Francisco I), quer o Ducado de Sabóia de Carlos III (1489-1553), sendo ambos cunhados de D. João III (porque respectivamente casados com a já citada Isabel e com Beatriz de Portugal, 1504-1538). De resto, muito precisava Paulo III das alianças com Carlos V e com Veneza para travar o avanço dos Turcos.

Além dos termos políticos, Paulo III precisava de resolver aspectos financeiros, necessitando de dinheiro para as guerras contra os muçulmanos, através da questão das novas comendas da Ordem de Cristo e da imposição de duas décimas sobre os rendimentos dos clérigos: assuntos que serão porém resolvidos pelo núncio seguinte (Girolamo Capodiferro). Mas um dos problemas principais pelo qual o bispo de Senigallia foi enviado a Lisboa foi a questão dos cristãos-novos, os quais, entretanto, tinham enviado a Roma Duarte da Paz como seu procurador:

A escolha do bispo de Sinigaglia para núncio em Portugal, – descreve Alexandre Herculano na sua *História da origem e estabelecimento da Inquisição em Portugal* – se não era moralmente a melhor, era a mais apropriada para a cúria tirar vantagem da situação dependente em que o furor inquisitorial punha D. João III. As inevitáveis solicitações, as queixas, as lutas que deviam aparecer todos os dias, desde que a Inquisição comesse a operar e, ainda, antes disso, não podiam deixar de ser um poderoso instrumento para aumentar a influência do núncio, trazer-lhe proventos e dar dobrado vigor à intervenção pontifícia nos negócios da igreja portuguesa. Suposta a vontade inabalável do Rei de manter nos seus estados o tribunal da fé e a necessidade absoluta que os cristãos-novos tinham de se opor à sua permanência, Roma podia negociar tanto com o numeroso e opulento grupo que invocava a tolerância, como com o bando dos fanáticos que proclamava a perseguição, inclinando-se ora para um, ora para outro lado, e fazendo com essa política vacilante multiplicar os esforços do desfavorecido, ao passo que suscitaria a generosa gratidão do que triunfasse.

Segundo nos informa António Pereira de Figueiredo o “Papa Clemente VIII lhe commetteo a execução d’hum Breve por que suspendia do officio de Inquisidor neste Reino a Fr. Diogo da Silva da Ordem dos Minimios de S. Francisco de Paula”<sup>28</sup>. Desta forma, em 1535 uma carta pontifícia estabelecia que os núncios de Portugal pudessem conhecer os recursos dos cristãos novos. Por esta razão a pressão de D. João III para a obtenção da instituição dum Tribunal estável do Santo Ofício em Portugal, que não dependesse da Igreja de Roma, chegou ao ponto de, em 23 de Maio de 1536, o papa Paulo III voltar a aceitar a bula anterior.

---

<sup>28</sup> ASV, *Arch. Nunz. Lisbona*, 386, f. 79v. O Autor do *Catalogo* continua afirmando que “Monsenhor Vigari” [ou seja Marco Quinto Vigerio della Rovere] concedeu umas indulgências “aos que visitassem a Ermida de Nossa Senhora da esperança da Villa das Alcaçovas antes della se dar para Convento aos Padres de S. Domingos, o que foi no anno de 1541”.

Depois de sete meses (24 de Dezembro) se fez o breve de nomeação do novo nuncio com o título de protonotário apostólico, o qual chegará a Portugal só no dia 17 de Fevereiro: tratava-se do romano **Girolamo Capodiferro** (1502-1559)<sup>29</sup>, muito ligado a Alexandre Farnese antes da sua investidura papal, portanto homem de total confiança do Pontífice. Entretanto, em Roma, onde Pedro de Sousa de Távora era encarregado de tratar dos assuntos de Portugal, continuavam a chegar queixas dos cristãos-novos, que tornaram fundamental o papel do nuncio: mas a sua missão em Portugal não iria ser fácil. Alexandre Herculano resume o papel que foi confiado a Capodiferro:

o Papa ordenava a ele nuncio que enquanto residisse em Portugal, examinasse todos os processos da Inquisição, para verificar se a bula de 23 de março se cumpria à risca, e se as promessas de moderação particularmente feitas por elrei se realizavam.

[...] Capodiferro recebera também um breve com poderes para proceder à suspensão absoluta ou limitada dos inquisidores, se eles recusassem consentir-lhe a inspeção dos seus atos e a modificação das suas decisões, em conformidade com o pensamento que movera o pontífice a enviá-lo a Portugal<sup>30</sup>.

Mas ao mesmo tempo, sempre segundo as instruções tidas, Capodiferro devia continuar a não desagradar ao Rei. O seu papel não era portanto muito fácil. Desde o princípio, como conta Alexandre Herculano, o nuncio teve muitos problemas com o infante D. Henrique por causa de Aires Vaz<sup>31</sup>, um físico, astrónomo e médico cristão-novo, cujo irmão estava ao seu serviço. Depois tentou controlar a operação da Coroa em relação aos cristãos-novos e a sua atitude chegou a ser tão desagradável para o Rei que este, depois de o ter acusado de ser pago pelos judeus em troca da liberdade ou da fuga deles, pediu várias vezes ao Papa o seu regresso para Roma. Depois de algumas resistências, Paulo III, em Novembro de 1539, achou mais profícuo para as relações diplomáticas luso-pontifícias pedir ao cardeal Girolamo Capodiferro que voltasse para a Santa Sé. De facto, o Papa dependia de D. João III para a realização dos seus projectos de obter recursos necessá-

---

<sup>29</sup> Cf. Gigliola FRAGNITO, s. v. Capodiferro, Girolamo, *Dizionario Biografico degli Italiani*, cit., vol. 18 (1975), pp. 626-629. À ampla bibliografia e aos numerosos documentos citados nesta entrada do *Dizionario* será de acrescentar Fr. Agostinho de SANTA MARIA, *Santuário Mariano, e Historia das Image[n]s milagrosas de Nossa Senhora, e das milagrosamente apparecidas, em graça dos Prêgadores, & dos devotos da mesma Senhora* [...], Lisboa, na Officina de Antonio Pedrozo Galrao, 1707-1723, T. II, L. I, título VIII, p. 31, como sugere A. Pereira de Figueiredo (ASV, *Nunc. Lisbona*, 386, f. 80), considerando que em 1537 “Jeronimo Ricasas, ou como lhe chamão os Authores italianos, Recanati, por alcunha Cabeça de Ferro [...] no anno de 1537 approvou o Compromisso da irmandade de Nossa Senhora da Guia junto a Cascaes”.

<sup>30</sup> A. HERCULANO, *História da Origem...*, cit..

<sup>31</sup> O breve destes poderes, datado de 9 de Janeiro de 1537, acha-se inserto em duas cópias autênticas no processo de Ayres Vaz. Cf. Lisboa, Arquivos Nacionais Torre do Tombo, *Inquisição de Lisboa*, processos 13186 e 17749.

rios à expedição contra os muçulmanos. O triénio (1536-1539) de Capodiferro em Lisboa foi portanto bastante complexo e não chegou a manter o equilíbrio esperado e, sobretudo, não conseguiu obter a publicação da bula que respondia aos apelos dos cristãos-novos. Os Arquivos do Vaticano e a Biblioteca Apostólica Vaticana, entre outros arquivos, conservam numerosa documentação sobre este difícil período, sobretudo no que diz respeito à problemática inquisitorial<sup>32</sup>.

A 7 de Fevereiro de 1540, Capodiferro entrava em Roma, enquanto ficava em Lisboa, tentando continuar a manter relações entre a Corte e o papado, o arcebispo de Lisboa **Fernando Vasconcelos de Meneses** (1538-1542). O ano seguinte, em data 7 de Abril de 1541, embarcava para as missões da Índia Oriental **Francisco Xavier da Companhia de Jesus** (1506-1552, futuro Santo). Naquela ocasião, como conta António Pereira de Figueiredo, “Ihe metteo El Rei D. João III na mão dous Breves que pedira a Paulo III pelos quaes o constituia este Papa seo nuncio naquellas partes”<sup>33</sup>.

A Santa Sé já não podia prescindir de uma nunciatura estável junto da Coroa portuguesa com a qual tinha, como vimos, numerosos interesses. Assim no dia 21 de Maio de 1542, Paulo III enviou o patricio veneziano, humanista e teólogo, **Luigi Lippomano** (1496-1559; ou Lippomani), como nuncio e legado *a latere* a Lisboa para comunicar aos bispos de Portugal o convite do Papa para participar no iminente Concílio de Trento. Monsenhor Lippomano, pela profunda amizade que tinha com D. Miguel da Silva (já em desgraça aos olhos de D. João III) não foi bem recebido, apesar de depois conseguir ficar na capital lusitana por dois anos (21 de Maio de 1542-27 de Junho de 1544). “No anno de 1543 – escreve Antonio Pereira de Figueiredo no seu *Catalogo* – deo este Nuncio por seo Breve licença a El Rei D. João III para d’uma porção de terra pertencente ao Mosterio [sic] de Santa Cruz de Coimbra se alargar o dito Collegio. Em o anno de 1545 por outro Breve confirmou o mesmo Nuncio a sua Erecção”<sup>34</sup>.

O regresso de Lippomano a Itália para tomar parte activa nos trabalhos conciliares, onde se demonstrou um acérrimo antiluteranista, foi imediatamente seguido pela presença em Lisboa do Arcebispo de Siponto, no Reino de Nápoles, **Giovanni Ricci da Montepulciano** (1498-1574), depois cardeal (1551), ministro das finanças de cinco Papas, além de grande mecenas e um dos maiores construtores de Roma, que ficou na capital portuguesa até 1550. O Papa tinha incumbido o nuncio principalmente de averiguar a possibilidade de intervenção de D. João III junto de Carlos V para que o imperador retirasse as concessões feitas aos luteranos, examinasse os pro-

<sup>32</sup> Veja-se, entre outros contributos, Mariagrazia RUSSO, “Inquisição portuguesa e cristãos novos nos Arquivos do Vaticano”, in *Inquisição portuguesa. Tempo, Razão e Circunstância*, coordenação de Luís Filipe BARRETO, José Augusto MOURÃO, Paulo ASSUNÇÃO, Ana Cristina da COSTA GOMES e José Eduardo FRANCO, Lisboa-São Paulo, Prefácio, 2007, pp. 505-512.

<sup>33</sup> ASV, Arch. Nunz. Lisboa, 386, f. 80.

<sup>34</sup> *Ibidem*, f. 81v.

cessos inquisitoriais, e recolhesse os fundos para a *Fabbrica* de São Pedro. Em seu lugar tinha sido proposto o nobre arcebispo napolitano Pietro Antonio Di Capua (1513-1578 ou 1579), o qual teve porém que renunciar, porque era pouco competente nos importantes aspectos financeiros que tinham de ser tratados. É portanto evidente que em Portugal não estavam em causa apenas questões teológicas e políticas, mas também objectivos financeiros.

Além disso, Giovanni Ricci da Montepulciano já tinha tratado alguns dos problemas ligados à Corte portuguesa: um fragmento, anónimo e sem data, de uma carta para o Rei conservado no Arquivo da Torre do Tombo, evidencia que o Papa já tinha utilizado “João de Montepulciano” para negociar alguns assuntos políticos internacionais de relevo e já tinha através dele tratado do “capello do bispo de Vizeu” ou seja dos conflitos entre D. Miguel da Silva e o monarca<sup>35</sup>:

Dizem-me que João de Montepulciano o qual se diz *que Sua Santidade* o them mandado ao emperador polas cousas do Duque de Savoya polo casamento que se franta emtre ele e a Victoria filha de Pero Buys que levaria algum despacho pera o emperador sobre a partida do embaixador de *Vossa Alteza* e do capello do bispo de Viseu.

Até parece que o papa Paulo III o quisesse enviar para Portugal já desde 1542, mas – visto o que nos comunica Antonio Pereira de Figueiredo – “El Rei D. João III o não quiz admittir” porque o Rei “estava queixoso do papa por este ter feito Cardial a D. Miguel da Silva Bispo de Viseu, não obstante saber, que sendo escrivão da Puridade do mesmo Rei, tinha ido fugido para Roma” e só “por intervenção de S. Ignacio de Loyola se poserão as cousas em bem nesse particular”<sup>36</sup>. De facto será a eleição do Infante D. Henrique a Cardeal com o breve de 16 de Dezembro de 1545 que acalmará a situação: será o mesmo núncio Ricci a entregar a “El Rei o Barrete Cardinalicio, que havia para o Infante”. Outros dois importantes episódios podem ser ligados a este núncio: o primeiro remonta ao ano de 1549 quando Ricci pediu informações a João de Barros (1496-1570) sobre as terras da Índia – como refere Antonio Pereira de Figueiredo – “para as mandar ao cardial Farnese, que as queria para Paulo Jovio”<sup>37</sup>, o qual morrerá daí a poucos anos (1552); o segundo tem a ver com a aprovação por parte do mesmo núncio dos “Estatutos do Collegio dos Meninos Órfãos, à instancia do P.e Pedro Domenec Catalão, e Conego de Barcelona seo Instituidor”<sup>38</sup>.

<sup>35</sup> AN/TT-FRA-01.02-00039.

<sup>36</sup> ASV, *Arch. Nunz. Lisbona*, 386, f. 82.

<sup>37</sup> *Ibidem*. A referência foi tirada de Manuel SEVERIM DE FARIA (1583-1655), *Vida de João de Barros por Manoel Severim de Faria e indice geral das quatro decadas da sua Asia*, Lisboa, Regia Off. Typ., 1778.

<sup>38</sup> ASV, *Arch. Nunz. Lisbona*, 386, f. 82. A informação fornecida por A. Pereira de Figueiredo consta em João Bautista de CASTRO (1700-1775), *Mappa de Portugal Antigo e moderno*,

Com Giovanni Ricci irá a Portugal o seu secretário Giacomo Marmitta (1504-1561), que tinha sido seu homem de confiança desde 1538. Giacomo Marmitta aos vinte anos encontrava-se em Veneza onde tinha feito amizade com Pietro Bembo (1470-1547), Pietro Aretino (1492-1556), Ludovico Dolce (1508-1568): era portanto um homem de cultura, latinista e académico (Accademia della Fama). Bernardo Tasso lembrar-se-á dele no seu *Amadigi*: «il Marmitta gentil, ch'a Dio rivolto / da le cure del mondo in tutto sciolto» (c. C, ott. 40, vv. 7-8).

Giacomo Marmitta, com a sua capacidade lírica, descreve a difícil viagem para Portugal, junto com Giovanni Ricci (viagem que se prolongou durante quatro meses, com uma grande pausa em Saragoça: partiram no mês de Setembro e chegaram no dia 19 de Janeiro), através de alguns sonetos, onde se evidencia o mau clima atmosférico que acompanhou este percurso e a esperança que o tempo melhorasse: “ch’el ciel rischiari, e’l volo / Tolga ai venti; a questo aere ’l freddo, e ’nsieme / L’acqua, & la neve; a me l’affanno e ’l duolo”. Nestes sonetos o Tejo não é visto apenas como desejada meta dos dois eclesiásticos, mas também no seu valor de riqueza para a Coroa portuguesa, no contraste com a pobreza e a solidão de quem deixou os seu afectos: “Io me ne vò là dove il Tago apporta / al suo gran Rè le ricche arene d’oro / Impoverito del mio bel tesoro / Et senza la mia fida amata scorta” (*Io me ne vo’ là dove il Tago apporta*)<sup>39</sup>.

Giacomo Marmitta, no dia 10 de Novembro de 1549, volta para Roma logo depois da morte de Paulo III para apresentar as condolências ao cardeal Farnese. No mês de Março do ano seguinte regressará também o núncio. Giovanni Ricci da Montepulciano fecha, portanto, em Portugal o longo papado de 15 anos de Paulo III.

A actividade de Giovanni Ricci tinha sido sempre ao lado do cardeal Gian Maria Cocchi Del Monte, que, à morte de Paulo III, se tornou papa Júlio III (1487-1555; Papa desde 1550). Giovanni Ricci volta, portanto, à Santa Sé para obter a púrpura cardinalícia e continuar assim a sua carreira eclesiástica. O lugar de núncio em Lisboa será ocupado por **Pompeo Zambeccari** (1518-1571; núncio em Portugal desde 4 de Março de 1550 até 6 de Julho de 1560)<sup>40</sup>, bispo de Valva e de Sulmona, que provinha de uma família

---

Lisboa, Na Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1762-1763, “tratando da Freguesia de Nossa Senhora do Socorro”.

<sup>39</sup> Os outros sonetos são: *Hor che per me si rasserena il cielo; Qui dove il mare ad Olisippo il piede* (cf. Marco BERTUCCELLI e Giacomo MARMITTA, *Rime (Parma, Viotti, 1564)*, Cinquecento Plurale, [www.nuovorinascimento.org/cinquecento](http://www.nuovorinascimento.org/cinquecento), pp. 26, 28, 33).

<sup>40</sup> Charles-Martial de WITTE, *La correspondance des premiers Nonces Permanents au Portugal (1532-1553)*, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1986-90, vol. I, pp. 329-357; vol. II, pp. 668-752. Samuel RODRIGUES, s.v. Legados Pontifícios, *Dicionário de História Religiosa de Portugal* ( direcção de Carlos MOREIRA AZEVEDO), Lisboa, Círculo de Leitores, 2001, vol. II, p. 290; Sylvie DESWARTE-ROSA, “Le cardinal Giovanni Ricci de Montepulciano”, in AA.VV., *La Villa Médicis. Études*, Roma, 1989-1991, vol. II (1991), pp. 111-169, *maxime* p. 124.

da aristocracia mercantil bolonhesa e era doutorado em Direito Civil e Canónico. De resto, este bispo já tinha tido o mesmo cargo diplomático na nunciatura polaca em 1547. Antonio Pereira de Figueiredo transmite que “Foi Nuncio de Portugal onde como tal concedeo certas Indulgencias aos que vizitassem a Igreja do Convento de S. Bernardo de Ferreirim dos Franciscanos Observantes”<sup>41</sup>. Dois episódios testemunham a sua relevante presença em Portugal: “no mez de Abril de 1551 foi elle que por comissão do papa Julio III entregou ao Principe D. João a Rosa d’Ouro que o Papa lhe mandava”; “em outubro do mesmo ano assistio à translação dos ossos d’El Rei D. Manuel para a Igreja nova de Belem”<sup>42</sup>.

O jesuíta Sforza Pallavicino (1607-1667) em 1664 publica a *Istoria del Concilio di Trento*<sup>43</sup> baseando-se em muitos documentos presentes no *Archivio Segreto Vaticano*. Nessa obra descreve o núncio apostólico: “Pompeo Zambeccari vescovo di Sulmona, ch’era stato in Portogallo a tempo di Giulio, e sempre avea ritenuto buon affetto, e commercio con la nazione”. O tipo de relação que os núncios tinham com o Reino de Portugal não era limitada apenas às boas ligações entre os dois governos, mas tinha também fins económicos e financeiros. Não foi por acaso, por exemplo, que Monsenhor Zambeccari, em 1551, tivesse podido comprar da grande família Colonna a cidade de Vallinfreda, para depois vendê-la aos Brancaleoni, num negócio especulativo devido ao investimento de dinheiro que evidentemente circulava em Portugal. De facto, a vida política portuguesa começava a não ter na Europa o papel primário que tinha tido nos anos anteriores: a prioridade de Júlio III estava cada vez mais focada no conflito entre os Habsburgos e o Rei de França. O papel da nunciatura reduziu-se, assim, a aspectos diplomaticamente secundários, mas fundamentais para a vida da Igreja. É deste período, por exemplo, a concessão por parte do papa Júlio III de prestar culto público a Gonçalo de Amarante (1187-1259), sob pedido de D. João III, que mandou construir, em 1540, em lugar da capela de Nossa Senhora onde o Santo se recolhia em eremitagem, um sumptuoso templo e convento<sup>44</sup>. De resto, Gonçalo de Amarante tinha resolvido dedicar a sua vida à oração e sobretudo escolheu a Ordem dos Pregadores como família religiosa. E D. João III bem precisava de reforçar a imagem dos Dominicanos num período em que o Tribunal do Santo Ofício tinha que se afirmar eclesiástica e politicamente.

---

<sup>41</sup> ASV, *Arch. Nunz. Lisbona*, 386, f. 88: a referência bibliográfica por esta informação é Fr. Fernando da SOLEDADE (1673-1737), *Historia Serafica da Ordem dos Frades Menores [...]*, Lisboa, Na Officina Craesbeeckiana, 1656-1721, Parte IV, L. III, Cap. 4.

<sup>42</sup> ASV, *Arch. Nunz. Lisbona*, 386, f. 88.

<sup>43</sup> Consultou-se a edição de Francesco Antonio ZACCARIA, *Istoria del Concilio di Trento*, Propaganda Fide, Roma 1883, p. 417.

<sup>44</sup> A. Pereira de Figueiredo declara: “por sua authoridade se faz Processo de testemunha para a Canonização de S. Gonçalo de Amarante”, utilizando como fonte “Fr. Luiz de Sousa, na terceira Parte, Livro III, cap. 9” (ASV, *Arch. Nunz. Lisbona*, 386, f. 88).

De facto, até 1540, não há vestígios de nomeações de dominicanos para cargos inquisitoriais, ao contrário do que aconteceu em Castela e é exactamente em 1540 que se iniciou um período de envolvimento e colaboração activa e frutuosa de dominicanos nas actividades do Santo Ofício, visível através de

- a) atribuição de cargos de inquisidor e de deputado no Conselho Geral aos dominicanos;
- b) acções desempenhadas por alguns dominicanos ao serviço da diplomacia régia em Roma para tentar obter condições consideradas mais vantajosas para o funcionamento do Tribunal;
- c) acções desempenhadas pelo provincial, frei Jerónimo de Padilha, e pelo inquisidor de Lisboa, frei Jorge de Santiago, no sentido de convencer o Papa de que os processos não eram abusivos, contrariando as opiniões e a propaganda dos agentes dos cristãos-novos;
- d) encargos importantes no domínio da censura inquisitorial;
- e) criação de uma comissão, em 1540, para o exame de livros, composta por três dominicanos: Francisco de Bobadilha, Aleixo de Salir e Cristobal de Valbuena (à comissão cabia inspeccionar todos os livros que existissem nas livrarias de Lisboa e dar ordem para que não se imprimissem novos livros sem estes serem previamente examinados pela comissão);
- f) nomeação de dois dominicanos como revedores de livros;
- g) as visitas aos portos também foram confiadas a dominicanos, nomeados pelos conventos de Lisboa, Setúbal, Aveiro, Porto e Viana;
- h) participação de dominicanos na compilação dos índices de livros proibidos (Jerónimo de Azambuja, Martinho de Ledesma, Francisco Foreiro, entre outros);
- i) calcula-se em cerca de 21% a percentagem de qualificadores dominicanos deste período.

Este ciclo explica-se por

- 1 – boa consideração da Ordem e, em particular, de alguns dos seus membros, junto de D. João III e da família real (alguns confessores dominicanos e alguns dominicanos enviados às primeiras duas fases do Concílio de Trento);
- 2 – muitos dominicanos como lentes na Universidade de Coimbra;
- 3 – promoção de oito dominicanos ao episcopado entre 1540 e 1571;
- 4 – cooperação na instalação do Tribunal de Goa. Os dominicanos já estavam no terreno e com os primeiros inquisidores foi o arcebispo D. Gaspar de Leão<sup>45</sup>.

---

<sup>45</sup> Estes dados foram retirados de José Pedro PAIVA, *Os Dominicanos e a Inquisição em Portugal (1536-1614)*, em “Noroeste. Revista de História” (Braga), vol. 1, 2005, pp. 167-229. Agradeço a Isabel Drumond Braga por ter fornecido as referências necessárias.

A beatificação de Gonçalo de Amarante chegará sob El-Rei D. Sebastião em 1561, mas entretanto o papa Júlio III pediu a Pompeo Zambecari uma inquirição canónica sobre a vida e os milagres do eclesiástico português, que gozava de grande devoção popular. Nesta mesma direcção D. João III encontrou-se com Zambecari para com ele discutir a aplicação dos decretos das reformas conciliares no Reino português. Sob a sua nunciatura, **Giovanni Francesco Mazza di Canobio** (m. 1589; ou Cannobio, Cannobi)<sup>46</sup>, que já tinha tido várias missões diplomáticas, em 1553, sem ser ainda bispo, levou para Portugal, na qualidade de colector, a legação apostólica vitalícia ao cardeal D. Henrique, segundo o que estipulava o breve *Quod tua majestas*: uma negociação, esta, que tinha deixado de lado, não sem surpresa, Zambecari. Canobio voltará a Lisboa (segundo nos informa António Pereira de Figueiredo, mas a informação não está confirmada por outras fontes), com o mesmo papel de colector, enviado pelo papa Gregório XIII sob o domínio de Filipe I.

Mesmo não tendo sido a nunciatura de Zambecari particularmente significativa, todavia ele representou em Portugal três Papas que tiveram objectivos e personalidades muito diferentes entre si: Júlio III, Papa mais literato e artista do que teólogo, que voltou a abrir o Concílio de Trento, visto por Carlos V como um pontífice mais inclinado ao diálogo; Marcelo II, homem de grande moralidade e espiritualidade; e Paulo IV, Carafa, inimigo acérrimo do Imperador Carlos V e pontífice inflexível que instaurou uma severa política inquisitorial quer para com os adversários pessoais (incluindo cardeais), quer para com judeus e protestantes.

António Pereira de Figueiredo no *Cathalogo* manuscrito por ele redigido, considerando os *Aditamentos* de Nicolò Coleti à *Italia Sacra* de Ughelli, supõe que depois de Pompeo Zambecari, “sendo já Summo Pontífice o papa Paulo IV” podia ter vindo a Portugal como núncio o “Patrício Romano” **Giulio Falconi** sobre o qual não conseguimos porém encontrar outras referências<sup>47</sup>.

Será o bispo **Prospero Santacroce** (1514-1589)<sup>48</sup> a intervir na nunciatura, como sucessor de Zambecari, ficando em Lisboa apenas um ano (1560-1561) e sob a Coroa de D. Sebastião (sendo então regente D. Catarina, na menoridade do neto), numa Europa já completamente renovada depois da morte de Carlos V, em 1558, e do antijudaico Paulo IV Carafa, no ano seguinte. A sua experiência na nunciatura alemã fez com que o papa Pio IV,

<sup>46</sup> Domenico CACCANO, s.v. Canobio, Giovanni Francesco Mazza di, in *Dizionario Biografico degli Italiani*, cit., vol. 18, pp. 154-156; Maria do Rosário THEMUDO BARATA CRUZ, *As Regências na Menoridade de D. Sebastião. Elementos para uma história estrutural*, 2.º vol., Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1992, pp. 81-82, 109.

<sup>47</sup> ASV, *Arch. Nunz. Lisbona*, 386, f. 84v. Acrescenta: “Mas isto quanto ao tempo não passa da mera conjectura. E se não tivéssemos tão cheio de Nuncios o Reinado de El Rei D. Sebastião com igual probabilidade torçaríamos para elle ai presente”.

<sup>48</sup> Cf. Lorenzo CARDELLA, *Memorie storiche de' cardinali della Santa Romana Chiesa*, Roma, Stamperia Pagliarini, 1793.

Medici, que depois lhe conferiu a púrpura cardinalícia, tivesse confiança nas suas capacidades de mediador e diplomata. A permanência em Portugal será caracterizada, mais uma vez, por fortes interesses económicos: deve-se, de facto, a Santacroce – como recorda “Giuseppe De Novaes, patrizio portoghese”, como vem no *incipit* do seu livro, *Elementi della storia de' Sommi Pontefici*<sup>49</sup> – a difusão na Europa do tabaco importado de Portugal, onde Santacroce o tinha conhecido através do embaixador francês Jean Nicot (do qual deriva a palavra “nicotina”), que o tinha plantado no seu jardim como erva terapêutica. O nome primitivo do tabaco em Itália foi, de facto, “erba de Santacroce”, tirando o nome exactamente do nuncio em Portugal, que o difundiu entre os vários governantes que passavam pela Península Itálica. Parece que a esta personagem devemos também o facto que por muito tempo as tabacarias em Itália tivessem uma insígnia com uma cruz branca: no princípio, como se sabe, o tabaco, fumado em cachimbo, era usado para tratar numerosas doenças, como as feridas, as chagas, as úlceras, as queimaduras, a sarna, etc. Este comércio, como era de esperar, enriqueceu notavelmente as ávidas algibeiras do nuncio pontifício e é presumível que todas as qualidades que vinham atribuídas ao tabaco fossem apenas fruto da imaginação do mesmo Santacroce ou da Igreja que tinha o monopólio do comércio do tabaco. Poucos anos depois começou entre botânicos uma forte diatribe sobre este aspecto que produziu ampla bibliografia, como os epigramas satíricos de Castore Durante, *De herba panacea, quam alii tabacum, alii petum, alii nicotinam vocant*, que foram publicados, em 1587, em Antuérpia pelo editor Gilles Everaerts.

Quando o bispo **Giovanni Campeggi** (1513-1563)<sup>50</sup>, no dia 10 de Maio de 1561, entrou como nuncio em Lisboa (onde ficará até 1563), distinguiu-se logo pelas suas capacidades de gestor financeiro dos cofres da cúria romana. O seu destino original era Espanha, mas as dificuldades encontradas junto da Corte espanhola, fizeram com que o nuncio fosse enviado, em 1561, para Portugal, onde Santacroce estava de regresso. O embaixador português em Roma, numa missiva de 22 de Maio de 1561, assim apresenta Giovanni Campeggi: “pessoa muito nobre de boa vida letrado e de boa renda pera a cobiça o não obrigar a fazer em seu cargo o que não devia”<sup>51</sup>. Mais uma vez encontramos-nos, portanto, perante uma nunciatura gerida por uma figura cujos interesses eram prioritariamente económicos. De resto, o valor da

<sup>49</sup> Cf. Giuseppe de NOVAES, *Elementi della storia de' Sommi Pontefici da San Pietro fino al felicemente regnante Pio Papa VII*, Roma, Francesco Bourlié, 1822, p. 62.

<sup>50</sup> Adriano PROSPERI, s. v. Campeggi, Giovanni, *Dizionario Biografico degli Italiani*, cit., vol. 17, pp. 442-445; S. RODRIGUES, s. v. “Legados Pontifícios”, in *Dicionário...*, cit., vol. II, 2001, p. 290.

<sup>51</sup> José da SILVA MENDES LEAL, *Corpo Diplomático Portuguez contendo os actos e relações politicas e diplomaticas de Portugal com as diversas potencias do mundo...*, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, 1884-1886, v. IX, pp. 269-273. Existe uma ficha sintética sobre este nuncio no site da Cátedra de Estudos Sefarditas “Alberto Benveniste” da Universidade de Lisboa.

nunciatura apostólica em Portugal, depois da morte de Carlos V, já tinha perdido a sua força. Ficava, pelo contrário, uma importância económica, que bem justificava a presença da nunciatura.

Sob o rígido e intransigente dominicano Pio V, Ghislieri (1504-1572; Papa desde 1566), forte Contra-Reformista, contrário ao nepotismo e aos luxos da Cúria, a nunciatura portuguesa foi representada apenas por um colector, que já tinha sido enviado pelo papa Pio IV, **Flaminio Donato di Aspra** (ou d'Aspra /d'Aspri, 1563-1574), com o único fim de recolher as rendas eclesiásticas, as dízimas e o óbolo de São Pedro. Dele não se conserva muita correspondência, pelo que não conseguimos reconstruir as relações por ele mantidas, mas dele o *Archivio Segreto Vaticano* guarda uma fragmentária relação de Portugal<sup>52</sup>.

Todavia, desmentindo as expectativas duma cúria longínqua dos poderes familiares, nos fins de Novembro de 1571, estando Flaminio Donato como colector em Lisboa, foi incumbido do cargo de legato *a latere* do mesmo Pio V a Portugal, **Michele Bonelli** (1541-1598; ou Bonello), dominicano, seu sobrinho, chamado Cardeal **Alexandrino**, por ter nascido em Alexandria, Cidade do Ducado de Milão. Em Portugal foi conduzido por D. Constantino de Bragança, irmão do Duque de Bragança, D. João,

que o hospedou magnificamente – conta António Pereira de Figueiredo – em Villa Viçosa. Daqui veio por Evora a Lisboa, onde foi recebido por El Rei D. Sebastião com huma extraordinaria pompa. Era o fim da Legacia convidar a El Rei para huma Liga contra o Turco, na qual o Papa dezejava que elle entrasse com o Imperador, com os Reis de França e Castella, e com a Republica de Veneza. Ouvida a materia da embaixada respondeo El Rei, que com muito gosto acceptaria entrar naquella Liga com todas as suas forças maritimas, se lhe não fosse presentemente necessario empregar as maiores no socorro da Asia Portugueza que então se achava ameaçada de muitos inimigos; que ainda assim não tinha duvida de concorrer para a meditada guerra contra o Turco com seis galeões, e dez galeras. Con isto deo o Cardial Alexandrino por concluida a sua Legacia, e no mesmo mez de dezembro em que tinha entrado em Lisboa, se partio de Portugal mais cheio de honras, que de promessas<sup>53</sup>.

Pela “gravidade e importancia do Negocio a que mandava o seo Nepote”, o Papa deo a Michele Bonelli por adjuntos ou conselheiros algumas personagens de conhecido talento entre os quais apenas mencionamos: Ippolito Aldrovandini, que se tornará futuro papa Clemente VIII, Alessandro Riari, auditor de Rota e patriarca de Alexandria, que será depois colector em Portugal, e sobretudo o Cardeal Giovanni Battista Venturino da Fabriano, cuja relação de viagem por França, Espanha e Portugal, escrita em italiano, conserva-se na Biblioteca Vaticana<sup>54</sup>. A sua tradução para português foi

<sup>52</sup> ASV, Secretaria Brevium (Segreteria dei Brevi), Reg. 16, ff. 409-414.

<sup>53</sup> ASV, *Arch. Nunz. Lisbona*, 386, ff. 73v-74v.

<sup>54</sup> Biblioteca Vaticana, *Urb. Lat.* 1697; existe uma cópia deste manuscrito também na Universidade de Santa Bárbara em Califórnia.

publicada no século XIX por Alexandre Herculano, nos seus *Opúsculos*<sup>55</sup>: *Viagem do Cardeal Alexandrino*. Uma passagem deste relato na qual se descreve o Duque de Bragança mostra a riqueza dos pormenores utilizada pelo autor e a quantidade de informação que o Cardeal nos proporciona (descrição física, ambiental, social, diplomática entram num conjunto harmónico e coerente):

E caminhando por bellos e ferteis campos de planuras e outeiros apraziveis, encontrámos a distancia de duas leguas D. João, duque de Bragança, mancebo de vinte e nove annos, de mediocre estatura, trigueiro, e de boa côr, vista curta, e de pouco robusta compleição, o que lhe serve de desconto á muita grandeza e fortuna de que gosa, como depois se dirá. É do sangue real de Portugal, tendo por armas as mesmas do reino. Vinha vestido com uma capa de panno razo, abotoado o capuz com diamantes e fechos d'ouro, e as bandas compridas aprezilhadas com rubins e ouro: o barrete era de veludo com fios de rubins, diamantes, perolas e ouro: as calças eram de veludo turqui (azul escuro) agaloadas d'ouro. Montava em um cavallo rodado, cavalgando á gineta, e precedido por dois ginetes, que, sobre as sellas cobertas d'escarlata com franjas d'ouro, traziam duas malas semelhantes ás que os cardeaes levam adiante de si quando vão para o consistorio. Eram tambem escarlates com as armas de S. Ex.<sup>a</sup> bordadas em brocado d'ouro com florões e franjas de prata, na verdade bellissimas.

Com Gregório XIII, Boncompagni (1502-1585; Papa desde 1572), a situação perante a nunciatura lusitana não mudou particularmente. Até 1578, ou seja até D. Henrique I (1578-1580), mantiveram-se em Portugal apenas dois colectores: **Giovanni Andrea Calligari** (1527-1613; colector: 1574-1577)<sup>56</sup> e Roberto Fontana (1577-1578). O primeiro foi encarregado pelo Pontífice de levar (além de cartas de recomendação para várias figuras da Corte como D. Catarina, o cardeal D. Henrique, a infanta D. Maria, D. João, duque de Bragança e o infante D. Duarte) para Portugal a espada e a capa benta (entregue na capela do Palácio Real) destinadas a D. Sebastião, que acabava de chegar de uma guerra santa em Marrocos, prestando assim homenagem ao Rei pelas empresas contra os Mouros. A preocupação do Papa fez com que esta colectoria fosse reforçada em 1573 por uma embaixada ao Rei D. Sebastião a tentar persuadi-lo outra vez numa liga contra o Turco. Para estes efeitos foi enviado de Castela, onde estava como núncio, **Leonardo Marini** (1509-1573), Arcebispo de Lanciano da Ordem dos Prega-

<sup>55</sup> Alexandre HERCULANO, *Opúsculos*, Lisboa, Viuva Bertrand & Ca. Successores Carvalho, 1884, t. VI: *Controvérsias e Estudos Históricos*, pp. 50-93.

<sup>56</sup> Além do clássico L. VON PASTOR, *Storia dei papi*, cit., vol. VIII, 1929, pp. 25, 31, 200, 412, 441; e IX, *ad Indicem*; X, 1928, *ad Indicem*; XI, pp. 40 e 635, cf., também para mais bibliografia e para as fontes, FRANCISCO RODRIGUES, *História da Companhia de Jesus na Assistência de Portugal*, Porto, Livraria do Apostolado da Imprensa, 1938, t. II, vol. II, pp. 308-310, 381-385, *passim*; MAC SWINEY DE NASHANAGLASS, *Le Portugal et le Saint-Siège*, Paris, Alphonse Picard et Fils, 1898, vol. I, pp. 54-66.

dores. Infelizmente este embaixador encontrará a morte no seu regresso a Roma, no mês de Junho de 1573<sup>57</sup>. Neste mesmo ano, enquanto Calligari continuava como colector, outra breve e curiosa embaixada a cargo de **Pompeo Lanoja**, Camareiro e Cubiculário do papa Gregório XIII, trouxe ao Rei D. Sebastião uma das setas embebidas no sangue do Santo mártir do seu nome que o monarca tinha pedido ao papa Pio V falecido no ano anterior. A seta-reliquia veio acompanhada de um Breve datado de 8 de Novembro de 1573<sup>58</sup>.

Tocou a Calligari explicar à cúria romana a difícil situação que existia entre o Rei e o seu tio, o cardeal D. Henrique, a escassa educação fornecida pelos Jesuítas ao monarca e o afastamento da rainha D. Catarina da Corte. Foi devido a estas solicitações que o Papa interveio, redigindo um Breve para D. Sebastião e para D. Henrique. Mas as reiteradas críticas políticas de monsenhor Calligari enviadas a Roma, embora D. Sebastião assegurasse a máxima harmonia na Corte, induziram Gregório XIII ao regresso do colector, enviando em sua substituição e com o mesmo cargo **Roberto Fontana** (1577-1578)<sup>59</sup>. Entretanto em Portugal acontecia exactamente o que Giovanni Andrea Calligari tinha em parte previsto: ou seja uma excessiva participação do monarca na guerra contra os Mouros. O fracasso de Alcácer Quibir foi comunicado ao Papa pelo novo colector. Fontana, a partir de Lisboa, foi um dos principais informadores da Santa Sé sobre os problemáticos acontecimentos portugueses depois da morte do Rei D. Sebastião e da sucessão ao trono: os vários pareceres sobre os pretendentes da Coroa e os interesses do cardeal na concessão de uma dispensa papal para o seu casamento que desse a possibilidade ao trono português de ter um herdeiro. As cartas para Tolomeo Gallio fornecem-nos também o parecer pessoal de Roberto Fontana que teria auspiciado o casamento. De Roma chegavam ordens para convencer o Cardeal a abandonar a legacia permanente que lhe tinha sido conferida, e para este fim a Santa Sé enviava um núncio: desta vez será propriamente um núncio com poderes específicos. Trata-se do genovês **Antonmaria** (às vezes Antonio) **Sauli** (1541-1623), pertencente a uma relevante família de comerciantes e mercadores, referendário dos papas Pio IV a Pio V. O pontífice Gregório XIII mandou-o a Portugal – segundo nos comunica António Pereira e Figueiredo –

tendo já o cardinal Infante D. Henrique empunhado o scetro deste Reino por morte de seo sobrinho El Rei D. Sebastião. Pelo fim desta Embaixada, que era

<sup>57</sup> ASV, Arch. Nunz. Lisbona, 386, f. 75.

<sup>58</sup> Cf. Diogo BARBOSA MACHADO, *Memória para a história de Portugal que compreendem o governo de El Rei de D. Sebastião*, Lisboa, Off. de Joseph Antonio da Sylva, 1736-51, Parte III, Livro II, cap. 21.

<sup>59</sup> F. RODRIGUES, *História da Companhia de Jesus*, cit., t. II, vol. II, pp. 394-395; José Maria QUEIROZ VELLOSO, *A Perda da Independência*, vol. I. *O Reinado do Cardeal D. Henrique*, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1946, pp. 124, 202-203.

exortar o cardinal Rei, a que deixasse nomeado successor, por não dar ocasião a guerras entre os Príncipes Christãos, se pode colher, que esta nunciatura a veio fazer Monsenhor Sauli no anno de 1578 e no de 1579<sup>60</sup>.

Pela documentação que possuímos, em 1578, é enviado por Gregório XIII a partir de Castela como núncio a Portugal por poucos meses, o bolonhês **Filippo Sega** (1537-1596), bispo de Ripatranzone<sup>61</sup>. Filippo Sega, que será um dos maiores adversários de Santa Teresa de Ávila, tinha sido enviado a Castela em 1577 e será depois transferido para Piacenza no dia 3 de Outubro de 1578. Em Portugal o bispo Filippo Sega foi mandado, como nos comunica o historiador Giovanni Fantuzzi, por “gravissimi affari riguardanti la Santa Sede in quel Regno. Compiuta con molta lode anche questa commissione, si portò a Roma a rendere inteso il Pontefice”<sup>62</sup>.

O núncio **Alessandro Frumento** (1520/1530-1580: nos documentos portugueses também Furmenti ou Frumenti), consultor do Santo Ofício, irmão do banqueiro de Paulo III, Farnese, será o último do século XVI e o seu mandato cobrirá o período henriquino, desde 12 de Novembro de 1578 até 15 de Abril de 1580, poucos meses antes da sua morte. O novo núncio tinha entre as instruções a de passar a tratar com Filipe II a interrupção da trégua com os Turcos. Depois do infrutífero encontro com o monarca espanhol, entrou em Portugal com todas as honras conduzido pelo colector Roberto Fontana. Foi ele que apresentou a D. Henrique, a 12 de Maio, o breve papal relativo à renúncia da legacia permanente. A Santa Sé através de Alessandro Frumento queria mostrar as preocupações perante a sucessão ao trono português e ao problema da legitimação de D. António, filho ilegítimo de D. Luís. Mas este núncio encontrou-se também na contingência de enfrentar a peste, que entretanto tinha eclodido na capital: a sua deslocação para Santarém determinou um maior contacto com os partidários do Prior do Crato. “Por Breve do papa Gregorio XIII – escreve António Pereira de Figueiredo – foi Juiz da Cauza de Legitimidade do Senhor D. Antonio Prior do Crato, juntamente com o Arcebispo de Lisboa D. Jorge d’Almeida, não para sentenciarem a final, mas para depois de instruida, a remetterem ao mesmo Papa”<sup>63</sup>. Os receios de Madrid chegaram aos ouvidos do Pontífice, o qual, para evitar conflitos com Espanha, achou melhor substituir Alessandro Frumento pelo bolonhês **Alessandro Riario** (1543-1585; colector: 1580-1581 ou 1583; nos documentos portugueses também Riali ou Riari), Patriarca d’Alexandria desde 1569 e Cardeal presbítero do título de Santa Maria de

<sup>60</sup> ASV, Arch. Nunz. Lisbona, 386, f. 75. A fonte oferecida por A. Pereira de Figueiredo é o historiador e arquivista español Cabrera de Córdoba (1529-1623): cf. LUÍS CABRERA DE CÓRDOBA, *Historia de Felipe II, rey de España*, Valladolid, Consejería de Educación y Cultura, 1998, L. XII, cap. 19, p. 1055.

<sup>61</sup> ASV, Arch. Nunz. Lisbona, 386, f. 76v.

<sup>62</sup> Cit. Giovanni FANTUZZI, *Notizie degli scrittori bolognesi*, Bologna, Stamperia di S. Tommaso d’Aquino, 1789, p. 373.

<sup>63</sup> ASV, Arch. Nunz. Lisbona, 386, f. 77.

Ara Coeli desde 1578, o qual foi enviado primeiramente como legado *a latere* para Castela a manifestar os juízos da Igreja contrários à anexão de Portugal e para

persuadir a Filippe II, Rei Catholico, que não invadissem Portugal com mão armada, mas antes consentisse, que o mesmo Papa sentenciasse a causa da sucessão deste Reino. Filippe tendo antes sabido o fim desta Legacia, muito de proposito demorou dar audiencia ao Cardial, até que o exercito do Duque d'Alva que tinha mandado sobre Lisboa, subjugasse a Portugal<sup>64</sup>.

Desde o momento em que a união ibérica foi efectuada, a Cúria romana continuou a enviar representantes para Portugal com a exclusiva função de colectores. Mas, a partir de então a Igreja nunca mais deixou de ter um seu funcionário em Lisboa: Roberto Fontana, Alfonso Visconti, Muzio Bongiovanni, Giovanni Battista Biglia, Fabio Biondo, Ferrante Taverna e Decio Carafa foram os colectores dos finais do século XVI. Outros se seguiriam até a nova posição política portuguesa e à reactivação do papel de nuncios.

Porém, apesar de estas figuras serem consideradas colectores, na documentação dos arquivos, os protagonistas apresentam-se muitas vezes como nuncios: o papel deles não será apenas de receber o óbolo de São Pedro ou de desenvolver um papel económico. Estas pessoas continuarão a constituir o ponto de junção entre a Santa Sé e uma terra politicamente cada vez mais abandonada.

Depois de um breve período de colectoria do já mencionado Roberto Fontana (182-1584), o milanês **Afonso Visconti** (1552-1608; colector: 1584-1586) representará os papados de Gregório XIII e Sixto V (1521-1590; Papa desde 1585), que não apoiava a política de expansão territorial europeia de Filipe I; o sucessor bispo de Sorrento **Muzio Bongiovanni** (colector: 1586-1588 ou 1589), "Patrizio romano d'egregia indole e sapere"<sup>65</sup> escreverá ao Rei do Congo Álvaro I para enviar um embaixador ao Papa (e os arquivos da Santa Sé testemunham esta articulada negociação que se realizará em 1588 com Duarte Lopez)<sup>66</sup>; o milanês **Giovanni Battista Biglia** (1570-?; colector: 1588-1592), será o colector junto de Sixto V e o representante dos curtos pontificados de Gregório XIV (1590-1591) e de Inocência IX (1591); **Fabio Biondo** ou **Biondi** (1533-1618; colector: 1592-1596) terá para Clemente VIII (1536-1605; Papa desde 1592) também o papel de vice-legado, dará relevância ao seu cargo em Portugal, cujo secretário Giovanni Battista Confalonieri (1561-1648) desempenhando um papel relevante na conservação dos documentos que dizem respeito a este pontificado; o nobre milanês **Ferrante** ou **Ferdinando Taverna** (1558-1619; colector: 1596-1598), mais conhecido por

<sup>64</sup> *Ibidem*.

<sup>65</sup> Cf. G. MORONI ROMANO, *Dizionario...*, cit., s. v. LXVII, p. 238.

<sup>66</sup> Veja-se o número 23 de *Africa*: Rivista trimestrale di studi e documentazione dell'Istituto italiano per l'Africa e l'Oriente, 1968.

ter depois em Roma acompanhado o processo de Giordano Bruno, também pedirá a Confalonieri para continuar no seu cargo de secretário, sem receber dele resposta positiva; e o patrício napolitano – muito ligado ao papa Clemente VIII – **Decio Carafa** ou **Caraffa** (1556-1626; colector: 1598-1604)<sup>67</sup>, cujo encontro com Ferrante Taverna ocorreu em Madrid onde também tinha que encontrar Filipe II – numa embaraçosa situação económica de Portugal – deparará com muitas dificuldades para a obtenção dos tributos.

De resto, o estado da cidade de Lisboa, em finais de Quinhentos, é muito bem definido por duas personalidades que mencionámos: ou seja, Fabio Biondo e Giovanni Battista Confalonieri, seu secretário. Nos anos em que Fabio Biondo esteve em Lisboa enviou, além de uma relação sobre o cristianismo no Congo (informações referidas por António Vieira, embaixador de Álvaro II em Lisboa), numerosas missivas nas quais tratava com especial relevo de argumentos mercantis sobre a florescente capital portuguesa. Mas ao mesmo tempo o secretário Giovanni Battista Confalonieri recolhia material nem sempre positivo respeito à cidade lusitana e descrevia, através de um relato próprio, a cidade de Lisboa de uma maneira às vezes irónica. Os documentos deste prelado estão conservados no Arquivo Secreto Vaticano no fundo que tem o seu nome: trata-se de 89 volumes entre os quais ressalta uma descrição pormenorizada da cidade de Lisboa e alguns relatos pessoais de viagens até a Península Ibérica. Às descrições que já circulavam em Itália, estudadas por Oliveira Marques<sup>68</sup>, Carmen M. Radulet<sup>69</sup> e por quem escreve<sup>70</sup>, o secretário do colector apostólico acrescenta de própria mão a sua pessoal imagem da terra lusitana: *Grandezza e magnificenza della città di Lisbona*.

A descrição de Portugal de 1578-1580, conhecida como *Ritratto e riverso*, fornece as duas faces da mesma medalha. Um estudo comparado das várias cópias que deste manuscrito se conhecem e das suas traduções para português permite atribuir estes relatos ao ambiente veneziano<sup>71</sup>.

Confalonieri no seu arquivo conserva ambas as relações: enquanto o *Ritratto* descreve um Portugal onde “passano per lo Regno di molti fiumi” o *Riverso* responde: “E paese (ancorche il più basso di Spagna, et irrigato

<sup>67</sup> Para fontes e bibliografia cf. Georg LUTZ, s.v. Carafa, Decio, *Dizionario biografico...*, cit., vol. 19 (1976).

<sup>68</sup> Oliveira MARQUES, *Ritratto et riuerso del Regno di Portogallo*, in “Nova História. Século XVI”, n.º 1 (Maio 1984), pp. 83-143 (o documento ao qual o autor se refere encontra-se na Biblioteca de Hannover, Niedersächsisches Staatsarchiv (St. A. > St. A. P. 2399, ff. 92-117).

<sup>69</sup> Carmen M. RAULET, “Um retrato italiano do Reino de Portugal no século XVI”, in *Mare Liberum* (Lisboa), n.º 14, 1997, pp. 99-114.

<sup>70</sup> Mariagrazia RUSSO, “«Tutto si fa in portoghese, e niuna cosa in latino»: considerazioni linguistiche nelle carte inedite di un prelado a Lisbona: Giovanni Battista Confalonieri (1592-1596)”, in Giorgio DE MARCHIS (ed.), *Da Roma all'Oceano. La lingua portoghese nel mondo. Atti del convegno “Da Roma all'Oceano”* (Roma, 29-30 marzo 2007) a cura di Giulia Lanciani, Roma, La Nuova Frontiera, 2008, pp. 117-131.

<sup>71</sup> O trabalho a este respeito será por mim publicado nas actas do Congresso “Diplomacia e transmissão cultural” (Lisboa, 9-11 de Dezembro de 2011).

da qualche fiume) secco, arenile, sterile e povero”. Referendo-se à cidade de Lisboa assim descreve (leio directamente a tradução feita por Oliveira Marques): “Os naturais são, de si mesmos, gente grosseira, preguiçosa, parva e orgulhosa e a quem parece estarem acima de todo o resto do mundo junto”, e mais adiante

Ao nobre parece não existir nobreza semelhante à sua, pelo que julga que todos os outros lhe ficam muito atrás. Procura, em todas as coisas, fazer como fazem os reis e os príncipes, ordena que o sirvam de joelhos e não sai de casa a passear, nem a pé nem a cavalo, a não ser para ir, ou à igreja ou a algum assunto privado.

Esta descrição de 1580 está presente em várias bibliotecas de Europa e encontra-se, como eu própria fiz notar, num congresso em Roma, também entre as cartas do fundo Confalonieri. Não queremos com isso dizer que esta descrição lhe pertença (se lhe pertencesse Confalonieri não teria tido razão de fazer mais uma descrição), mas sim que o secretário de Biondo mandou copiar estas duas descrições iguais e contrárias para depois poder fazer o seu próprio relato, falando dos elementos que os outros não trataram. Sempre em relação aos usos e costumes, por exemplo, Confalonieri na sua própria descrição escreve<sup>72</sup>:

Hanno per affronto esser chiamati solo col nome proprio senza il cognome, onde se tra piccioli e grandi, tra nobili et ignobili, vi è questo costume di aggiungere sempre il cognome al nome proprio. [...] Costumano quando si trovano l'uno con l'altro la prima cosa che dicono, etiam che vadino per negotii, beijo as mãos de vossa Mercé, como está Vossa mercé et si spende gran tempo in questi complimenti. [...] Altri come vanno a negoziare incominciano: Eu sou um homem, cioè io son hum huomo, et rispose un altro, eu sou outro, et io son altro. Eu sou homem honrado que tanta fazenda doi na India, tenho tais merecimentos com el Rey, etc. etc..

Através de Confalonieri temos portanto numerosos materiais de cultura portuguesa que chegaram até nós e que hoje podem oferecer uma maneira de ler a história de um período que vai terminar, em declínio mas que, de toda a forma, mantém o seu fascínio, o fim do “século de ouro lusitano”, acompanhado pela complexa época vaticana de Reforma e Contra-Reforma, de guerras contra o Islão, de nepotismo e corrupção, de interesses religiosos, políticos e económicos num panorama europeu amplamente dominado por lutas territoriais e confusas alianças matrimoniais.

Núncios, colectores, secretários, embaixadores representam, portanto, elos de uma ligação tão frágil quanto auspiciosa.

---

<sup>72</sup> Esta relação de Lisboa foi publicada por Alessandro DELL'AIRA, *Grandezza e magnificenza della città di Lisbona. Dalle carte di Giovanni Battista Confalonieri Segretario del Collettore apostolico (1593-1596)*, Rovereto, Nicolodi, 2005. Vejam-se as críticas a este trabalho em M. Russo, “Tutto si fa in portoghese...”, cit.